

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 536

**TENDÊNCIA EVOLUTIVA E
CARACTERÍSTICAS DA POBREZA
NO RIO DE JANEIRO***

Sonia Rocha**

Rio de Janeiro, dezembro de 1997

* Agradecimentos a Márcio Duarte Lopes pela excelente programação, a Sabine Bárbara Pabst pela competente organização de dados e a um parecerista anônimo pelas pertinentes observações sobre a primeira versão deste artigo.

** Da Diretoria de Pesquisa do IPEA.



O IPEA é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, cujas finalidades são: auxiliar o ministro na elaboração e no acompanhamento da política econômica e prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

Presidente

Fernando Rezende

Diretoria

Claudio Monteiro Considera

Luís Fernando Tironi

Gustavo Maia Gomes

Mariano de Matos Macedo

Luiz Antonio de Souza Cordeiro

Murilo Lôbo

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

ISSN 1415-4765

SERVIÇO EDITORIAL

Rio de Janeiro – RJ

Av. Presidente Antônio Carlos, 51 – 14º andar – CEP 20020-010

Telefax: (021) 220-5533

E-mail: editrj@ipea.gov.br

Brasília – DF

SBS Q. 1 Bl. J, Ed. BNDES – 10º andar – CEP 70076-900

Telefax: (061) 315-5314

E-mail: editbsb@ipea.gov.br

© IPEA, 1998

É permitida a reprodução deste texto, desde que obrigatoriamente citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são rigorosamente proibidas.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1 - INTRODUÇÃO	1
2 - A EVOLUÇÃO DA POBREZA NO RIO DE JANEIRO	3
2.1 - Renda e Pobreza	3
2.2 - Pobreza e Estrutura Produtiva	5
3 - A POBREZA NO RIO DE JANEIRO EM 1995	7
3.1 - Pobreza do Ponto de Vista da Renda	7
3.2 - Pobres versus Não-Pobres no Rio de Janeiro	10
4 - SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS	12
5 - POBREZA E AÇÕES DE GOVERNO	14
ANEXO I	16
ANEXO II	17
BIBLIOGRAFIA	18

RESUMO

O objetivo deste artigo é o de situar a questão da pobreza no Rio de Janeiro no contexto nacional, apresentando os principais aspectos tanto da evolução de longo prazo, tendo como ponto de partida o ano de 1970, como sua caracterização mais recente.

Três evidências básicas podem ser destacadas. A primeira é a de que, paralelamente à perda de importância econômica nacional do Rio de Janeiro, aumentou sua participação na pobreza nacional, de modo que no final do período o estado apresentava uma incidência de pobreza semelhante à média do país, com a proporção de pobres situando-se em 20% da população total. Cabe destacar, no entanto, que, em função da melhoria da renda após 1994, esta proporção é mais baixa do que a verificada em 1981 (25%), isto é, tendo como referência os anos de 1981 e 1995, não ocorreu empobrecimento do Rio de Janeiro **per se**. A segunda evidência é que, considerando a década de 80, o Rio de Janeiro apresentou os resultados mais adversos quanto à evolução da pobreza no contexto nacional, o que provavelmente se relaciona a características locais da estrutura produtiva e da qualidade dos postos de trabalho gerados: pequena participação da indústria no PIB (30% em 1994) e baixo rendimento médio do trabalho (R\$ 447 em setembro de 1995 ou 2/3 do rendimento médio do trabalho na metrópole paulista). Finalmente, a terceira evidência concerne à redução da pobreza nos últimos três anos, quando o Rio de Janeiro se beneficiou particularmente da estabilização devido ao aumento relativo dos preços no setor de serviços, resultando em melhoria acentuada da renda dos mais pobres. A convergência da variação de preços relativos que se observa atualmente sinaliza que este processo se esgotou e que daqui para a frente a criação de empregos e o aumento de rendimentos, especialmente para a mão-de-obra de baixa qualificação que forma o contingente de pobres, voltam a depender da capacidade de realizar investimentos e do potencial de criação de emprego e de distribuição de renda deles decorrentes.

ABSTRACT

This article discusses poverty in Rio de Janeiro **per se** and within the national context, considering both the evolutionary trend since 1970 and its present day characteristics. Three results that come out from the analysis are worth mentioning. The first one shows that the decline of Rio de Janeiro's economic status corresponded to an increase in its share in the national poverty: at the end of the period (1995), poverty incidence in Rio de Janeiro was about the same of that in the country, that is, 20 percent of the population is poor. It is important to mention that, because of the income increases after 1994, this incidence of poverty is lower than that one observed in 1981 (25%), that is, considering the 1981-1995 period there was no increase of poverty incidence in Rio de Janeiro **per se**. The second result concerns the fact that during the eighties Rio de Janeiro had presented the most adverse results in terms of poverty evolution in Brazil, which probably relates to local characteristics of its productive structure and quality of jobs offered: manufacturing has a relatively small share in the local GDP — 30% in 1994 — and labor income is particularly low (R\$ 447 monthly in September 1995, which corresponds to only 2/3 of that in the São Paulo metropolis). The third result concerns the reduction of poverty incidence in the last three years, when Rio de Janeiro particularly benefited from price stabilization because of relative higher price increases in the service sector, which represented a substantial gain for those at the basis of the income distribution. The present convergence of price increases indicates that this process of income transfer to the poorest has come to an end and that, from now on, employment and income increases, specially for non-qualified workers that form the poor contingent, will depend again on investment and on its potential for job creation and income distribution.

1 - INTRODUÇÃO

A incidência e a espacialização da pobreza no Brasil têm sido marcadas por três fatores básicos: a queda da fecundidade, o processo de urbanização e o ritmo da atividade econômica. Na verdade, considerando o país globalmente, a relativa estabilidade de índices de pobreza enquanto insuficiência de renda para os anos no início e no final da década de 80, que se mantiveram até 1993, encobre tendências locais bem diferenciadas, tendo como pano de fundo a queda generalizada da fecundidade. Estas tendências estão associadas a condições diversas de dinamismo econômico, gerando maior ou menor atratividade para as populações e repercutindo sobre o nível de renda e a incidência de pobreza. Apesar da importância fundamental da forte queda do crescimento populacional brasileiro, que permitiu neutralizar parte dos efeitos adversos da crise econômica que se prolongou por mais de uma década, ao considerar unidades espaciais mais detalhadas — regiões ou estratos de residência —, não existem evidências de relação direta entre variação dos índices de pobreza e taxa de crescimento demográfico [ver Rocha (1997a)]. Para o período analisado, as evidências são no sentido de que a estrutura produtiva e o nível de atividade são os determinantes fundamentais.

Com base em dados de rendimento familiar **per capita** derivados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) em confronto com linhas de pobreza localmente diferenciadas, a proporção de pobres no Brasil em 1995 era de 20,57% da população ou cerca de 30,4 milhões de pessoas [ver Rocha (1997b)]. Estes resultados refletem melhoria significativa da incidência de pobreza em função da retomada do nível de atividade, que tomou alento com o plano de estabilização. O aumento sem precedentes do nível de renda na base da distribuição de rendimentos¹ — aumento real de 100% no décimo inferior e 47% no décimo seguinte entre 1993 e 1995 — teve impactos muito favoráveis e generalizados sobre a redução da pobreza absoluta e sobre a desigualdade em todas as regiões e estratos do país.²

O objetivo deste artigo é o de situar a questão da pobreza no Rio de Janeiro no contexto nacional, apresentando os principais aspectos tanto da tendência evolutiva verificada como da sua caracterização mais recente. Na verdade a questão da pobreza no Rio de Janeiro, que é essencialmente metropolitana, tem relevância nacional por duas razões. Primeiro, porque tudo o que se passa no Rio de Janeiro tem ressonância nacional devido à importância cultural, política e mesmo econômica da metrópole no contexto do país. Segundo, porque a pobreza metropolitana envolve significativos contingentes populacionais, especialmente a pobreza nas metrópoles primazes do Rio de Janeiro e São Paulo (16% dos pobres brasileiros), apresentando características específicas, dadas as condições de densidade demográfica elevada em meio urbano e da convivência constante com

¹ Os dados da PNAD revelam um crescimento médio real dos rendimentos de 28%, o que evidencia o impacto distributivo da evolução ocorrida.

² Sobre a redução recente da desigualdade de rendimentos, ver Neri e Barros (1996).

fortes desigualdades em termos de renda, riqueza e poder. Na verdade os pobres nas metrópoles primazes formam, juntamente com os pobres da área rural nordestina, as duas categorias básicas quando se trata de estabelecer uma tipologia da pobreza no Brasil.

A análise a ser desenvolvida daqui em diante privilegia a pobreza do ponto de vista da renda. Embora pobreza seja, reconhecidamente, uma síndrome multidimensional caracterizada por carências diversas, a abordagem da renda é essencial para caracterizar pobreza no contexto de uma sociedade moderna que apresenta o grau de complexidade urbana como a do Rio de Janeiro. Na verdade, em sociedades deste tipo, a maioria das necessidades no âmbito do consumo privado é atendida através do mercado, estando o nível de bem-estar estreitamente associado ao nível de renda. Utilizar a abordagem da renda implica recorrer a um parâmetro de valor, a linha de pobreza, para distinguir pobres de não-pobres no conjunto da população: pobres são aqueles cuja renda familiar **per capita** é inferior ao valor da linha de pobreza relevante para determinado tempo e local; não-pobres são os demais.³ O presente texto é dividido em quatro seções, além desta introdução. A Seção 2 trata essencialmente da evolução de longo prazo da pobreza no Rio de Janeiro, repertoriando-se alguns aspectos do sistema produtivo local de importância ponderável sobre o seu desempenho econômico adverso, que repercutiram sobre a tendência de empobrecimento verificada. A Seção 3 descreve as condições de pobreza em 1995, último ano para o qual se dispõem dos dados da PNAD. Trata-se não somente de descrever a incidência de pobreza do ponto de vista da renda naquele ano, mas, utilizando a delimitação das duas subpopulações pobre e não-pobre, caracterizá-las comparativamente em relação a alguns determinantes básicos da pobreza. A Seção 4 analisa a evolução do mercado de trabalho e do rendimento após 1995, sugerindo que o processo de melhoria de renda na base da distribuição, resultante do plano de estabilização e do conseqüente processo de ajuste dos preços relativos, que possibilitou uma forte redução da pobreza, está prestes a se esgotar. Finalmente, tendo em mente a especificidade da pobreza no Rio de Janeiro como essencialmente metropolitana, envolvendo grande contingente populacional num contexto de complexidade produtiva crescente e elevada desigualdade, a Seção 5 se refere aos mecanismos de política passíveis de dar continuidade à redução de pobreza absoluta, num contexto macroeconômico essencialmente adverso em termos de possibilidades de geração de empregos de baixa qualificação.

³ O Anexo I fornece algumas informações básicas sobre a construção e valores das linhas de pobreza.

2 - A EVOLUÇÃO DA POBREZA NO RIO DE JANEIRO

2.1 - Renda e Pobreza

É comum considerar a mudança da capital para Brasília como um marco histórico, que teria dado início a um período de decadência da cidade do Rio de Janeiro e, em função da polaridade por ela exercida, de todo o seu estado. Dados disponíveis para a evolução na década de 70, quando houve significativo aumento da renda e redução da pobreza absoluta de forma generalizada em todas as regiões e estratos do país, permitem melhor qualificar esta questão. No que concerne à renda, o Rio de Janeiro acompanhou a tendência geral, mas a um ritmo mais lento. Como consequência, o estado apresentou uma participação declinante no PIB nacional, que passou de 16,7%, em 1970, para 13,7%, em 1980. Quanto à evolução da pobreza absoluta, porém, os resultados foram mais favoráveis: não só a proporção de pobres na região metropolitana do Rio de Janeiro decresceu de 48%, em 1970, para 25%, em 1980, como foi possível reduzir simultaneamente a participação da metrópole na pobreza metropolitana do país como um todo de 32% para 26%.⁴ Tendo em vista que o Rio de Janeiro apresentava um crescimento demográfico forte, isto significa que, apesar da perda de dinamismo econômico quando medido em termos agregados, ocorreram melhorias de renda na base da distribuição, permitindo a redução da incidência de pobreza absoluta. Houve, portanto, claros benefícios do crescimento econômico acelerado e do aumento da renda que caracterizaram a “década do milagre” sobre a pobreza no Rio de Janeiro.

Na década de 80, a evolução da pobreza do ponto de vista da renda, tanto no Rio de Janeiro como no resto do país, foi fortemente marcada pelos ciclos de curto prazo. Enquanto no país como um todo as oscilações conjunturais resultaram em relativa estabilidade dos indicadores de pobreza entre 1981 e 1990 e mesmo até 1993, no Rio de Janeiro a situação claramente se deteriorou. Neste período, os resultados regionais mais adversos em relação à incidência de pobreza se verificaram no Rio de Janeiro, onde, ao longo de toda a década, ocorreu esvaziamento econômico devido tanto a determinantes macroeconômicos como à vulnerabilidade de alguns setores-chave da economia fluminense, sem que surgissem novas fontes de dinamismo econômico. Neste contexto, houve aumento da proporção de pobres em todos os estratos (metropolitano, urbano e rural). O momento mais crítico ocorre em 1989, mas a melhoria que se verifica entre 1993 e 1995 ainda deixa o Rio de Janeiro em situação mais adversa no contexto do país como um todo do que, por exemplo, em 1981.

O empobrecimento do Rio de Janeiro, além de representar um grave problema local, adquiriu uma importância e uma visibilidade nacional na medida em que sua metrópole desempenha papel de primazia no sistema urbano brasileiro. O fato de a pobreza no Rio de Janeiro ser essencialmente metropolitana, tanto devido ao tamanho populacional da metrópole (77% da população do Estado) como ao fato

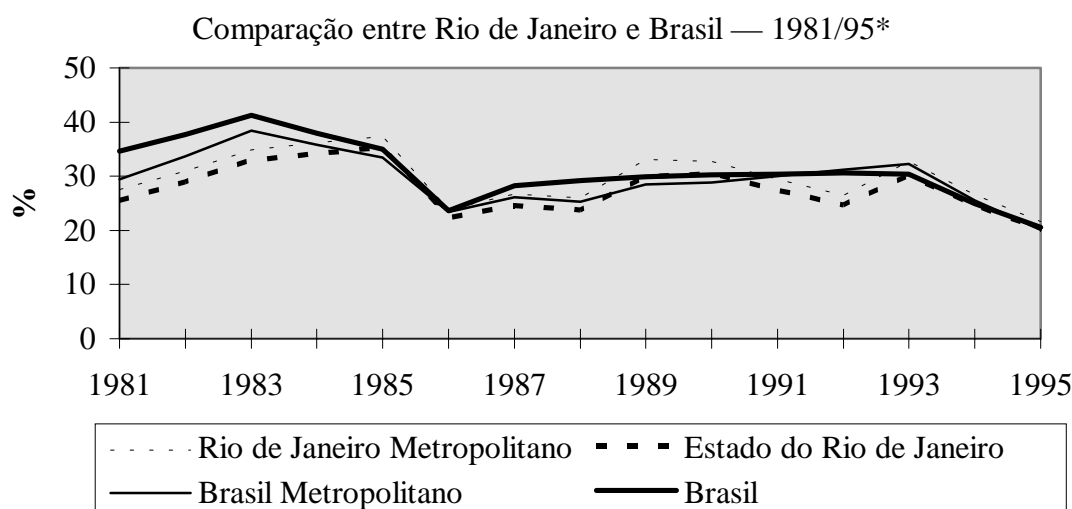
⁴ Estimativas de incidência de pobreza nos anos censitários foram feitas no âmbito de um projeto do CNPq e constam de relatório de pesquisa não publicado [ver Rocha (1996a)].

de ela apresentar proporção de pobres mais elevada (33%), respondendo por 85% dos pobres do estado, e de ocorrer a associação entre pobreza absoluta e desigualdade dá uma feição específica ao fenômeno. É especialmente significativo que o agravamento da pobreza no Rio de Janeiro tenha ocorrido num contexto de taxas muito reduzidas de crescimento demográfico na década (1,13% a.a.), abaixo do crescimento vegetativo da população brasileira,⁵ o que evidencia um movimento de emigração, contribuindo certamente para neutralizar, em parte, os efeitos adversos do esvaziamento econômico sobre a incidência de pobreza local.

O gráfico adiante permite visualizar as evoluções da proporção de pobres na metrópole e no Estado do Rio de Janeiro desde 1981 e compará-las com as que se verificaram em relação a agregados nacionais correspondentes. Observa-se que, no início do período, a incidência de pobreza no Rio de Janeiro se situava a níveis inferiores aos do país, ocorrendo uma deterioração contínua deste indicador até 1986, quando o Plano Cruzado levou à redução da pobreza de forma espacialmente generalizada. É interessante notar que, embora os indicadores para o país como um todo e para o conjunto das áreas metropolitanas tenham mostrado reversão de tendência em função da retomada econômica iniciada em 1984, a pobreza no Rio de Janeiro mostrou-se imune ao aumento do nível de atividade e continuou a se deteriorar. A melhoria em 1986 coloca as quatro proporções de pobres analisadas em níveis muito próximos. A partir de 1986, as proporções no Rio de Janeiro oscilam de forma pronunciada, atingindo a situação mais adversa em 1989/90, quando a incidência de pobreza no Rio de Janeiro ultrapassa os indicadores correspondentes para o país como um todo. Em 1993, ocorre um alinhamento das proporções do Rio de Janeiro e do Brasil nos dois níveis, sendo as proporções mais elevadas para o estrato metropolitano, devido à natureza da crise recessiva que atingiu essas áreas de forma mais direta e intensa. Com o Plano Real, que permitiu ganhos nos rendimentos, especialmente nos estratos de renda mais baixos e nas áreas metropolitanas, o conjunto das quatro proporções se situa muito próximo a 20% no final do período.

Assim, constata-se que, apesar das oscilações ao longo do tempo, a tendência preponderante foi a de agravamento da pobreza do Rio de Janeiro no contexto nacional. Embora a melhoria mais acentuada ocorrida no Rio de Janeiro a partir de 1993 tenha permitido que se verificassem proporções mais baixas do que em 1981, não foi possível recuperar a posição relativa mais favorável que o estado e a metrópole ocupavam em relação ao restante do país e ao conjunto das regiões metropolitanas no início do período. O Anexo II apresenta um conjunto de indicadores de pobreza — 1981, 1990 e 1995 — que permite melhor captar a evolução dos diferentes aspectos da pobreza enquanto insuficiência de renda.

⁵ O crescimento demográfico do país no período 1980/91 foi de 1,93% a.a.



Fonte: IBGE/PNAD (Tabulações Especiais).

* Estimativas não disponíveis para os anos 1982, 1984, 1991 e 1994.

2.2 - Pobreza e Estrutura Produtiva

Ao analisar pobreza do ponto de vista da renda, cabe examinar que características estruturais do sistema produtivo e da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho explicam o desempenho adverso do Estado do Rio de Janeiro, seja em termos de incidência relativamente elevada de pobreza no início do período analisado, seja de agravamento entre 1981 e 1993, que resultou numa deterioração da sua posição no panorama nacional em relação à observada em 1981. Pode-se identificar vários fatores adversos, a saber:

a) Além de apresentar um peso relativamente baixo no PIB do estado (30% em 1994), a indústria de transformação no Rio de Janeiro também se caracteriza por rendimentos baixos, semelhantes ao do setor de serviços. Isto tem implicações sobre a renda e a pobreza na medida em que a indústria é o setor onde normalmente os rendimentos do trabalho são os mais elevados, com fortes efeitos indiretos sobre a renda e o emprego. Em contrapartida, o setor de serviços, essencialmente heterogêneo na sua composição, incorporando atividades de baixa produtividade e baixo rendimento, que funcionam como mecanismos anticíclicos de absorção de mão-de-obra, é responsável por mais da metade do produto do estado (53% em 1994).⁶

b) A composição setorial do PIB do Rio de Janeiro ficou praticamente estável desde 1980, já que evoluções adversas no interior da indústria de transformação — causando um encolhimento da indústria naval e eletroeletrônica — foram compensadas por expansão da cadeia química. A estabilidade da composição setorial evidencia que o desempenho adverso do Rio de Janeiro em termos de

⁶ Para a repartição setorial do PIB do Rio de Janeiro, ver Cide/Secplan (1995).

evolução do produto e da renda, repercutindo sobre a situação de pobreza, não pode ser imputado a problemas que afetaram um ou outro setor produtivo, mas é um fenômeno de caráter geral. Segundo alguns estudiosos, a falta de investimentos que possibilitassem o crescimento econômico do estado explica-se, não só pela conjuntura macroeconômica adversa, mas também por um fator de caráter local: a elevada participação de estatais e multinacionais no sistema produtivo do estado, cuja política de investimento responde, essencialmente, a prioridades nacionais em detrimento da ênfase local [ver Melo (1990)].

c) Os rendimentos do trabalho no Rio de Janeiro são relativamente baixos em todos os setores de atividade, o que independe de características de qualificação da mão-de-obra. Na verdade, considerando os anos de estudo como **proxy** da qualificação, a mão-de-obra do Rio de Janeiro apresenta-se melhor qualificada do que a de São Paulo (Tabela 1), onde os rendimentos são significativamente mais elevados. Este fato evidencia que os baixos níveis de rendimento do trabalho do Rio de Janeiro se explicam essencialmente pela má qualidade dos postos de trabalho oferecidos e não por características adversas da mão-de-obra.⁷

Tabela 1

Características do Pessoal Ocupado: Comparação para as Metrôpoles do Rio de Janeiro e São Paulo — 1995

Características	Rio de Janeiro	São Paulo
Participação Setorial (%)		
Indústria de Transformação	13,49	25,39
Serviços	56,23	48,44
Anos de Estudo (%)		
0 a 3 Anos	16,33	14,79
4 a 7 Anos	29,03	34,20
8 a 10 Anos	19,02	20,52
11 a 14 Anos	23,22	19,77
15 Anos ou mais	12,28	10,70
s/ Declaração	0,12	0,02
Rendimento Médio (R\$ de setembro de 1995)		
Total	447,85	673,22
Indústria de Transformação	453,47	710,57
Serviços	452,49	684,02
Recebendo menos de 1 SM (%)	0,79	0,59

Fonte: IBGE/PNAD — 1995 e PME (outubro de 1995).

⁷ A respeito da qualidade dos postos de trabalho como fator explicativo dos rendimentos das pessoas ocupadas, ver Barros e Camargo (1993).

d) A estagnação da renda **per capita** quando se consideram os anos de 1980 e 1993 sintetiza a falta de dinamismo produtivo no estado, embora as evoluções da renda e da pobreza não sugiram uma relação direta entre as duas variáveis, já que a redução da pobreza é fortemente sensível a aspectos distributivos do aumento da renda. Assim, a redução da pobreza foi muito afetada pelo aumento da renda **per capita** por ocasião dos planos de estabilização — Cruzado e Real —, em função dos ganhos dos rendimentos mais baixos e da eliminação da inflação como elemento corrosivo dos rendimentos. Em outros momentos, em particular nos períodos de inflação forte, quando dificilmente se mantém o valor real dos salários mais baixos, o aumento da renda **per capita** não significou redução da pobreza, como, por exemplo, em 1989. Na verdade, há de se reconhecer que num ambiente de estagnação de renda e inércia da estrutura produtiva é difícil realizar mudanças que signifiquem alterações do perfil distributivo com redução da pobreza absoluta.

e) A elevada participação do setor governo na População Economicamente Ativa (PEA), que atingiria 1/3 quando se consideram não apenas a administração direta nos três níveis de governo, mas também os funcionários das estatais, e nos serviços públicos de ensino, saúde e previdência teria contribuído para o comportamento adverso da renda no Rio de Janeiro no início da década de 90. As perspectivas futuras não são favoráveis, uma vez que uma diminuição desses quadros de pessoal se apresenta como uma evolução inevitável.

3 - A POBREZA NO RIO DE JANEIRO EM 1995

3.1 - Pobreza do Ponto de Vista da Renda

Os índices de pobreza enquanto insuficiência de renda verificados em 1995 no Estado do Rio de Janeiro e no país de modo mais geral refletem a retomada da atividade econômica, que se iniciou em 1993, e os impactos distributivos do plano de estabilização. Os dados da PNAD evidenciam que houve no período 1993/95 uma melhoria significativa do rendimento das pessoas, mas, diferentemente do que ocorria em outros períodos de expansão econômica, verificaram-se ganhos mais acentuados da renda na base de distribuição dos rendimentos.⁸ A consequência direta foi a redução da pobreza absoluta e da desigualdade. O Rio de Janeiro acompanhou a redução da pobreza no país, sem alterar de forma significativa sua posição relativa no contexto nacional. Observa-se na Tabela 2 que a proporção de pobres no Rio de Janeiro caiu de 30,2% em 1993 para 20,3% em 1995, com a participação do estado no número total de pobres no país permanecendo praticamente estável em 8,7%. É interessante observar que, como 8,7% é a participação do estado na população brasileira em 1995, pode-se argumentar que o Rio de Janeiro tem o número de pobres correspondente à sua participação na população total do país.

⁸ A respeito dos ganhos distributivos no período, ver Neri e Barros (1996).

Tabela 2
Indicadores de Pobreza no Estado do Rio de Janeiro
e no Brasil — 1993 e 1995

	1993			1995		
	Nº de Pobres (mil)	Proporção (%)	Contribuição (%)	Nº de Pobres (mil)	Proporção (%)	Contribuição (%)
Rio de Janeiro	3.816	30,2	8,8	2.634	20,3	8,7
Brasil	43.277	30,4	100	30.438	20,6	100

Fonte: IBGE/PNAD — 1993 e 1995 (Tabulações Especiais).

Resultados desta grandeza em termos de redução da pobreza ocorreram não só no Rio de Janeiro, mas de forma generalizada em todo o país, na medida em que o Plano Real, combinado à abertura da economia, permitiu um aumento muito acentuado dos rendimentos na base da distribuição. A ocorrência simultânea da redução da pobreza absoluta e da desigualdade de rendimentos com tal intensidade é um fenômeno inédito no país. Para a redução da pobreza absoluta certamente contribuiu o comportamento de preços relativos, isto é, a evolução favorável dos preços dos produtos que têm elevada participação no consumo das famílias pobres, como os de alimentação, e o aumento de preços de **non-tradeables**, que permitiu os ganhos relativos dos rendimentos dos mais pobres, que trabalham, em sua maioria, no setor terciário tradicional.

Examinando as proporções de pobres no Rio de Janeiro em 1995, segundo as suas subáreas, algumas observações podem ser feitas (Tabela 3). A primeira concerne ao fato de que, no Rio de Janeiro, a grande maioria dos pobres — 81% — reside na região metropolitana, o que decorre de a metrópole apresentar os efeitos combinados da importância populacional e da proporção de pobres relativamente elevada. Assim, da mesma forma que ocorre no país como um todo, embora a incidência de pobreza ainda seja mais aguda nas áreas rurais, a maioria dos pobres se encontra nas áreas urbanas. No caso especificamente do Rio de Janeiro, e também de São Paulo — as áreas mais urbanizadas do país e onde se localizam as metrópoles primazes —, a pobreza é essencialmente metropolitana, o que tem implicações importantes em termos do desenho de políticas sociais.

Em segundo lugar, cabe verificar a situação do Rio de Janeiro no país no que concerne à incidência de pobreza quando se consideram os estratos de residência. Na metrópole do Rio de Janeiro, a proporção de pobres é superior à proporção média verificada para o conjunto de regiões metropolitanas. Na verdade, a metrópole fluminense está hoje isolada numa posição intermediária entre as metrópoles do Norte/Nordeste, onde a proporção de pobres se situa em patamares

Tabela 3
Indicadores de Pobreza: Brasil, Rio de Janeiro e Respective Estratos — 1995

	Nº de Pobres (mil)	Proporção de Pobres (%)	Contribuição (%)	
			Pobres	População
Brasil	30.438	20,6	100,0	100
Urbano	14.065	19,2	46,2	49,6
Rural	7.289	24,7	24,0	19,9
Metropolitano	9.084	20,1	29,8	30,5
Rio de Janeiro (UF)	2.635	20,3	8,7	8,8
Urbano	356	14,0	1,2	1,7
Rural	145	25,1	0,5	0,4
Metropolitano	2.134	21,6	7,0	6,7
Município do Rio de Janeiro	885	16,9	2,9	3,5
Periferia	1.249	26,9	4,1	3,1

Fonte: IBGE/PNAD — 1995 (Tabulações Especiais).

bem mais elevados, e as demais metrópoles do Centro-Sul. Belo Horizonte, quetradicionalmente apresentava incidência de pobreza em nível semelhante ao do Rio de Janeiro, mostrou, na década de 90, uma evolução tão favorável que, em 1995, se alinhava a São Paulo, Porto Alegre e Brasília com 17% de pobres.⁹ Quanto à pobreza rural, o Rio de Janeiro também se compara desfavoravelmente à média nacional, embora, neste caso, trate-se de contingente populacional bem pequeno. Finalmente, no que concerne à pobreza urbana, o Rio de Janeiro apresenta incidência bastante inferior à média nacional, mas também envolvendo populações relativamente pequenas.

Uma terceira observação concerne à repartição da pobreza na área metropolitana. Como se poderia intuir, a proporção de pobres na periferia é significativamente mais elevada do que no Município do Rio de Janeiro. Como a periferia vem ganhando importância populacional no contexto da metrópole devido a uma taxa mais elevada de crescimento demográfico,¹⁰ os pobres residentes na periferia já representam 58% do número total de pobres na área metropolitana. A esse respeito vale observar que, ao contrário da tendência dominante para o conjunto de metrópoles brasileiras, no Rio de Janeiro não ocorreu periferização da pobreza. Isto é, embora do ponto de vista do padrão de urbanização a periferia seja o lócus preferencial de concentração dos pobres, tanto no Rio de Janeiro como nas demais metrópoles, as informações para os anos recentes não evidenciam agravamento

⁹ Em 1995, as proporções de pobres nas demais metrópoles eram as seguintes: Belém, 34%; Fortaleza, 26%; Recife, 34%; Salvador 35%; e Curitiba, 8% [Rocha (1997)].

¹⁰ Entre 1991 e 1996 o Município do Rio de Janeiro apresentou uma taxa média de crescimento demográfico de 0,257% a.a., enquanto a periferia cresceu à taxa de 1,377% a.a. no mesmo período (IBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem Populacional de 1996).

desta concentração no caso do Rio de Janeiro (Tabela 4). Deste modo, não estaria havendo periferização da pobreza enquanto processo, já que o aumento da participação dos pobres da periferia no número total de pobres na metrópole foi inferior ao aumento da participação da periferia na população total da metrópole.

Tabela 4
Repartição dos Pobres entre o Município do Rio de Janeiro
e o Conjunto de Municípios da Periferia Metropolitana — 1990 e 1995
(Em %)

Ano	Pobres na Periferia (A)	População Total na Periferia (B)	Desvio ^a
1990	57,9	45,26	27,9
1995	58,5	47,07	24,4

Fonte: IBGE/PNAD, 1990 e 1995 (Tabulações Especiais).

^a(A-B)/B.

3.2 - Pobres versus Não-Pobres no Rio de Janeiro

Com base no critério de renda, que permitiu distinguir pobres de não-pobres, apresentam-se a seguir características dos indivíduos e das famílias que são reconhecidamente associadas à pobreza no Brasil. As evidências empíricas para a metrópole do Rio de Janeiro relativas às duas subpopulações mostram a importância de levar em conta estes aspectos para o desenho de políticas sociais, particularmente aquelas que visam focalizar os pobres.

A chefia feminina está sobre-representada entre as famílias pobres, o que resulta em rendimentos familiares **per capita** mais baixos devido a duas razões básicas: a primeira é que a chefia feminina está geralmente associada à ausência do pai/marido, resultando tanto em privação da sua contribuição para a renda familiar como em uma taxa de dependência mais adversa do que na média; a segunda está vinculada ao fato de que, neste caso, a renda do chefe é mais baixa devido às desvantagens da mulher no mercado de trabalho, que, independente dos anos de estudo e da forma de inserção (ocupação, setor de atividade e horas trabalhadas), obtém rendimentos inferiores aos de um indivíduo do sexo masculino com as mesmas características.¹¹

Os dados da Tabela 5 são reveladores de como essas características diferenciam famílias pobres das não-pobres. A esse respeito cabe observar que algumas destas características, que têm impacto forte sobre a pobreza, estão associadas à modernização e à urbanização. Assim, é sabido que a chefia feminina entre as famílias pobres no Nordeste rural é relativamente baixa, dados os fortes laços de

¹¹ A respeito da razão da elevada incidência de pobreza entre as famílias chefiadas por mulheres, ver Barros e Fox (1992).

parentesco e as especificidades culturais, fazendo com que, na ausência do chefe masculino, sua família seja incorporada a uma outra sob chefia masculina. Como resultado, as famílias pobres em áreas menos desenvolvidas tendem a ser maiores, mas a chefia feminina chega a ser inferior à verificada entre as famílias não-pobres nas áreas mais modernizadas.¹²

Tabela 5
Características das Famílias:
Metrópole do Rio de Janeiro — 1995

	Região Metropolitana		Núcleo ^b		Periferia ^b	
	Pobres	Não-Pobres	Pobres	Não-Pobres	Pobres	Não-Pobres
Famílias Chefiadas por Mulheres	35,67	27,18	39,21	29,45	32,98	24,04
Chefes Jovens (15/20 Anos)	5,51	0,72	5,57	0,54	5,47	0,96
Crianças c/Menos de 10 Anos	30,70	13,62	30,50	12,41	30,84	15,18
7/14 Anos que não Frequentam a						
Escola	8,37	3,94	6,13	2,21	9,92	5,86
10/14 Anos que Trabalham ^a	3,27	3,52	3,83	2,65	2,89	4,56
10/14 Anos que Trabalham ^a e						
não Frequentam a Escola	0,77	0,36	0,96	0,17	0,64	0,60

Fonte: IBGE/PNAD — 1995 (Tabulações Especiais).

^a 15 horas ou mais.

^b **Núcleo** é o Município do Rio de Janeiro e **Periferia** o conjunto dos demais municípios da metrópole.

A elevada frequência dos chefes jovens entre as famílias está associada a uma série de características adversas que se vinculam à pobreza, como desvantagens na inserção de jovens no mercado de trabalho e presença de crianças pequenas. A elevada participação de crianças de menos de 10 anos, que representam 30% das pessoas nas famílias pobres, evidencia a vulnerabilidade à pobreza associada ao ciclo de vida.¹³

¹² Em estudo comparando características da pobreza no Nordeste rural e nas regiões metropolitanas primazes, verificou-se que, no primeiro caso, o percentual de chefes femininos era relativamente baixo (15,2%), inferior mesmo ao percentual correspondente às famílias não-pobres nas metrópoles primazes (19,2%) [Rocha (1996)].

¹³ Naturalmente este resultado em termos de forte representatividade de crianças na subpopulação pobre está ligado ao uso de um critério **per capita** para definir os pobres a partir da linha de pobreza. Possivelmente, qualquer alternativa de equivalência onde a renda necessária para atender às necessidades básicas das crianças fosse inferior à dos adultos implicaria, **ceteris paribus**, resultados revelando menor incidência de pobreza em geral e menor participação das crianças na subpopulação pobre.

Os indicadores relativos à frequência à escola por crianças na faixa de escolaridade obrigatória evidenciam, além da desvantagem dos pobres neste particular, a importância do fator cultural. Assim, como na área metropolitana do Rio de Janeiro praticamente inexistente o problema de insuficiência de vagas na rede pública para esta faixa etária, o indicador adverso resulta do desinteresse da família pela educação em geral ou pelo serviço educacional público que é oferecido especificamente. A esse respeito é importante destacar que os indicadores relativos ao trabalho precoce não dão suporte à crença generalizada de que a necessidade de se inserir no mercado de trabalho com o objetivo de contribuir para a renda familiar seria a razão de abandono da escola pelas crianças pobres. No caso do Município do Rio de Janeiro, onde o indicador é mais elevado, menos de 1% das crianças entre 10 e 14 anos trabalha e não frequenta a escola, não havendo relação de causalidade entre as duas variáveis.

4 - SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS

As informações mais recentes disponíveis sobre emprego e rendimento do trabalho, da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), permitem fazer duas considerações básicas sobre a situação atual na metrópole do Rio de Janeiro, no que concerne à renda e, indiretamente, à pobreza.

A primeira se relaciona aos ganhos inequívocos verificados em fevereiro de 1997¹⁴ em relação a praticamente todos os indicadores, quando se considera como ponto de referência o mês de julho de 1994. Em função da criação de 134 mil postos de trabalho, a população ocupada aumentou, enquanto o número de desempregados diminuiu, apesar de a taxa de desemprego já se situar num patamar moderado no início do período.¹⁵ A respeito da informalização, a participação do emprego com carteira manteve-se praticamente estável em 45%. Ao crescimento moderado da PEA correspondeu queda da taxa de atividade, mas esse comportamento da taxa deve estar relacionado mais provavelmente à saída do mercado de trabalhadores secundários¹⁶ do que a um efeito de desistência dos desempregados em face das condições adversas no mercado de trabalho. Nessas circunstâncias, parece ter ocorrido um ritmo mais do que razoável de criação de postos de trabalho, ultrapassando a marca de 42/43 mil a.a., o que seria adequado dada a trajetória da PEA e da população total no período. Na verdade, é provável que o comportamento da taxa de atividade possa ser em parte imputado aos ganhos significativos do rendimento médio real no período (+43%), o que, combinado ao aumento do número de postos de trabalho, representou um crescimento real da massa de rendimentos da ordem de 47%. Embora os postos de trabalho sejam crescentemente precários, segundo a categorização tradicional,¹⁷

¹⁴ Últimos dados disponíveis da PME quando da redação deste artigo.

¹⁵ A respeito da composição do desemprego, que resulta em seu reduzido impacto sobre a pobreza, ver Barros, Camargo e Mendonça (1997).

¹⁶ Trabalhadores não-chefes de família.

¹⁷ Tradicionalmente considera-se como trabalho precário o emprego sem carteira assinada e o trabalho por conta própria. Face à participação crescente e à tendência à heterogeneidade dos

seria interessante explorar melhor a percepção dos trabalhadores em relação à mudança da condição na ocupação no sentido da “precarização” com rendimentos crescentes.

A segunda consideração diz respeito à perda de vigor dos processos de criação de postos de trabalho e de aumento do rendimento, que, devido às suas características distributivas, tem tido impacto favorável sobre a redução da pobreza do ponto de vista da renda. O exame da Tabela 6 mostra, de forma inequívoca, que os ganhos mais substanciais aconteceram no início do período, quando houve forte aquecimento da economia, ocorrendo melhorias a um ritmo mais lento no último ano. A convergência das variações de preços de **tradeables** e **non-tradeables** que se observa atualmente sinaliza o fim do ajuste de preços relativos e a consolidação do processo de estabilização. Isto significa o esgotamento das possibilidades de aumento dos preços dos serviços, responsáveis em boa parte pelos ganhos relativos dos rendimentos mais baixos, que tiveram um papel fundamental na sustentação do nível de atividade após o Plano. Nessas condições, daqui para a frente a criação de empregos e o aumento dos rendimentos do trabalho, especialmente daqueles na base da distribuição, voltam a depender da capacidade de realizar investimentos, da taxa de crescimento econômico que possa ser obtida e dos seus efeitos em termos de criação de empregos e distribuição do rendimento do trabalho.

Tabela 6
Evolução Recente do Mercado de Trabalho: Indicadores Selcionados para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro — 1994/97

Indicadores de Mercado		Jul./94	Fev./95	Fev./96	Fev./97
PEA	Nº	4.200.394	4.264.309	4.246.445	4.287.596
Taxa de Atividade	%	55,76	56,38	54,93	54,44
Pessoas Ocupadas	Nº	4.004.079	4.115.963	4.102.049	4.139.723
Emprego c/ Carteira Assinada	% PO	5,95	45,43	45,33	45,23
Taxa de Desemprego	%	4,67	3,48	3,33	3,45
Rendimento Real (R\$ Jul./94)		272,41	205,96	370,41	388,65
Massa Salarial Real (R\$ Mil Jul./94)		1.090,75	1.218.160	1.519.440	1.608.892

Fonte: PME/IBGE.

trabalhadores por conta própria, é relevante estabelecer novos critérios para distinguir no contingente global desses trabalhadores aqueles que, de fato, estão em situação precária no mercado de trabalho. Ramos e Reis (1997) exploram novas categorizações que combinam a condição na ocupação e o nível de rendimento para definir trabalho informal.

5 - POBREZA E AÇÕES DE GOVERNO

Desde os anos 70 já é amplamente reconhecido que crescimento econômico em si não é garantia de redução da pobreza absoluta e da desigualdade. Dados empíricos sobre a evolução da renda **per capita** e a da proporção de pobres no Rio de Janeiro na década de 80 mostram que a componente distributiva do crescimento econômico é essencial para explicar o comportamento da pobreza. No contexto atual de reestruturação produtiva, associada à intensificação de uso de tecnologia e **enxugamento** da mão-de-obra, especialmente a menos qualificada, não é absolutamente trivial estabelecer mecanismos que permitam a criação de postos de trabalho que resultem em redução da pobreza absoluta.

Na verdade uma evolução favorável neste particular se vincula, essencialmente, à configuração de políticas macroeconômicas que determinam possibilidades de emprego em âmbito nacional e, no que concerne à mão-de-obra menos qualificada, em atividades agrícolas e obras de infra-estrutura, que teriam por efeito reduzir a pressão migratória sobre áreas urbanas como as do Rio de Janeiro, onde a melhoria das condições de vida poderá tornar essas áreas novamente atrativas.

No caso da pobreza essencialmente metropolitana, envolvendo grandes contingentes populacionais em um contexto de complexidade produtiva crescente e elevada desigualdade de renda, como se verifica no Rio de Janeiro, iniciativas voltadas para a redução da pobreza absoluta se classificam em duas categorias básicas: aquelas diretamente vinculadas à melhoria de renda via inserção no mercado de trabalho; e as de cunho social, cuja finalidade é dar suporte à população pobre, visando melhorar sua condição de vida presente e reduzindo a incidência de pobreza no futuro.¹⁸

As iniciativas ligadas à inserção no mercado de trabalho têm caráter prioritário, devido ao papel dominante que assume a variável renda na caracterização da pobreza no contexto metropolitano.¹⁹ As iniciativas locais voltadas para o mercado de trabalho se destinam a dar mais transparência e organicidade ao seu funcionamento, facilitando a inserção ou a reinserção dos indivíduos, beneficiando particularmente aqueles que têm maiores desvantagens em termos de qualificação e acesso à informação. Um serviço de emprego eficiente — que deve ser reconhecido como tal tanto por postulantes como pelos empregadores — é capaz não só de facilitar o processo de preenchimento das vagas existentes, mas permitir que isto se dê de forma mais próxima da ótima.²⁰ Ademais, ao possibilitar o

¹⁸ Naturalmente os instrumentos de política urbana, que determinam os padrões de atendimento da infra-estrutura viária e de saneamento básico, têm papel fundamental na qualidade de vida da população pobre e, neste sentido, podem ser concebidos como um terceiro eixo básico da política antipobreza em áreas metropolitanas.

¹⁹ Em áreas rurais de elevada incidência de pobreza, como no Nordeste, é razoável conceber como mecanismos antipobreza prioritários aqueles voltados para a melhoria do autoconsumo e das condições físicas de vida.

²⁰ Trata-se de possibilitar melhores soluções em termos de local de trabalho/local de residência e do aproveitamento das qualificações disponíveis.

conhecimento das causas de “descasamento” entre oferta e demanda no mercado de trabalho, gera subsídios essenciais à política de treinamento. Hoje já se sabe que as políticas de treinamento para serem eficazes no contexto que se discute aqui devem estar focalizadas em objetivos imediatos e bem específicos.

Como a inserção no mercado de trabalho, caminho ideal para eliminação da pobreza no contexto metropolitano, tem possibilidades limitadas, especialmente nas condições adversas quanto às taxas viáveis de crescimento econômico, ao coeficiente de emprego e à escassez crescente de postos de trabalho que demandem pouca qualificação, as iniciativas de política social têm papel fundamental para garantir a coesão social e o sentido de cidadania dos mais pobres.

As iniciativas ligadas à política social **stricto sensu** devem objetivar, com base na caracterização dos pobres e nos principais determinantes da pobreza, o apoio aos grupos sociais mais vulneráveis, amenizando as situações de carência crítica. No caso do Rio de Janeiro, trata-se de dar suporte institucional às famílias pobres chefiadas por mulheres com crianças menores de 10 anos e, especificamente, às crianças pobres nesta faixa etária. Garantia de acesso a serviços de qualidade na área de educação, saúde e promoção social tem importância fundamental para a melhoria das condições de vida no presente e no futuro. Ações sociais voltadas para os jovens em áreas de concentração de pobreza absoluta, combinando promoção comunitária e capacitação para o trabalho, devem visar à redução da marginalidade da incidência de maternidade precoce e à promoção da inserção social. Em última instância, o objetivo da ação social no combate à pobreza é operar na área de ineficiência dos mecanismos de mercado de trabalho, viabilizando a redução paulatina da pobreza absoluta e das desigualdades.

ANEXO I

Pobreza, Renda e Linha de Pobreza

A abordagem de pobreza enquanto insuficiência de renda necessita para a sua operacionalização da definição de um parâmetro de renda, correspondendo ao valor estimado necessário para o atendimento das necessidades básicas de uma pessoa no âmbito da família em determinado momento e local. A partir do parâmetro, são considerados como pobres os indivíduos cuja renda familiar **per capita** for inferior ao referido parâmetro de valor, e não-pobres, os demais.

As linhas de pobreza utilizadas para obtenção dos resultados empíricos apresentados neste artigo têm duas características básicas:

a) Não são linhas de pobreza normativas, isto é, não refletem uma estrutura de consumo otimizado ou padrão, mas, essencialmente, a estrutura de consumo observada em populações de baixa renda a partir de pesquisas de orçamentos familiares. Assim, por exemplo, a dieta está associada aos hábitos e preferências das famílias ante a restrição de renda, sendo ajustada apenas marginalmente nas quantidades por produto de modo a atender aos requisitos nutricionais médios da população a qual se refere.

b) Reconhecendo que existem significativas discrepâncias entre padrões de consumo e preços ao consumidor entre as regiões e conforme o local de residência seja metropolitano, urbano ou rural, foram estabelecidas linhas de pobreza que levam em conta esses diferenciais. Assim, com base nas cestas de consumo definidas a partir do Endef para cada região metropolitana, seus custos foram estimados ano a ano com base nos preços do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor do IBGE.

Para que o leitor tenha uma noção da grandeza dos valores envolvidos, apresentam-se na tabela a seguir os valores das linhas de pobreza para os três estratos do Rio de Janeiro em setembro de 1995.

Valores das Linhas de Pobreza:
Rio de Janeiro — 1995

(Em R\$)	
Estratos	Linha de Pobreza
Metropolitano	75,19
Urbano	46,62
Rural	33,83

Fonte: Rocha (1996b).

ANEXO II

Indicadores de Pobreza enquanto Insuficiência de Renda

Com o objetivo de fornecer um quadro mais completo da pobreza enquanto insuficiência de renda no Rio de Janeiro, são apresentados na tabela a seguir, além da proporção de pobres, o **gap ratio** e um índice sintético. O **gap ratio** é a medida usual de intensidade da pobreza, pois fornece o desvio entre a renda média dos pobres e o valor da linha de pobreza. O índice sintético, no caso o proposto por Foster, Greer e Thorbecke (1984), incorpora num mesmo indicador os três aspectos relevantes da pobreza enquanto insuficiência de renda: a proporção de pobres na população, a intensidade da pobreza e a desigualdade de renda entre os pobres.

Indicadores de Pobreza:
Rio de Janeiro e seus estratos — 1981, 1990 e 1995

Estratos	1981			1990			1995		
	Proporção de Pobres (%)	Gap Ratio	Índice Sintético	Proporção de Pobres (%)	Gap Ratio	Índice Sintético	Proporção de Pobres (%)	Gap Ratio	Índice Sintético
UF	25,6	0,398	0,060	30,5	0,399	0,070	20,3	0,393	0,048
Metropolitano	27,5	0,410	0,067	32,7	0,407	0,077	21,6	0,391	0,051
Urbano	14,2	0,350	0,028	19,9	0,362	0,039	14,0	0,421	0,037
Rural	26,9	0,294	0,038	30,3	0,0336	0,053	25,1	0,349	0,048

Fonte: Rocha (1996b).

BIBLIOGRAFIA

- AMADEO, E. et alii. **A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho desde 1980**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.
- BARROS, R. P., CAMARGO, J. M. **Searching for the roots of poverty in Latin America**. 1993, mimeo.
- BARROS, R. P., CAMARGO, J. M., MENDONÇA, R. **A estrutura do desemprego no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, maio 1997, 31 p. (Texto para Discussão, 478).
- BARROS, R. P., FOX, L. **Poverty among female-headed households**. Rio de Janeiro: IPEA/DIPES, 1992, mimeo.
- CIDE/SECPLAN. **Anuário Estatístico do Rio de Janeiro**, 1995.
- FOSTER, J., GREER, J., THORBECKE, E. A class of decomposable poverty measures. **Econometrica**, v. 52, p 761-767, 1984.
- MELO, H. P. O anjo exterminador. **Jornal do Commercio**, mar. de 1990.
- NERI, M., BARROS, R. P. Crescimento, desigualdade e pobreza: o impacto da estabilização. **Boletim de Conjuntura**, Rio de Janeiro: IPEA/DIPES, n. 62, fev.1996.
- RAMOS, L., REIS, J. G. **Emprego no Brasil nos anos 90**. Rio de Janeiro: IPEA/DIPES, mar. 1997, 36 p. (Texto para Discussão, 468).
- ROCHA, S. Governabilidade e pobreza — o desafio dos números. In: VALLADARES, L., COELHO, M. **Governabilidade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p.221-265.
- . Diferenças locacionais da pobreza e seus rebatimentos para política social. **Anais do XXIV encontro nacional de Economia**. Águas de Lindóia, p. 539-575, dez. 1996.
- . **Pobreza no Brasil — evolução nas duas últimas décadas**. Set. 1996a, mimeo.
- . **Pobreza no Brasil: principais tendências da espacialização**. Rio de Janeiro: IPEA/DIPES, 1997a.
- . Crise, estabilização e pobreza: a evolução no período 1990 a 1995. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, FGV, p. 22-26, jan. 1997b.